

## A NOÇÃO DE INTERTEXTUALIDADE E DE INTERDISCURSIVIDADE NA LINGUÍSTICA TEXTUAL E NA ANÁLISE DO DISCURSO: PERSPECTIVAS

*Sweder Souza<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho propõe-se a discorrer, primeiramente, sobre os campos da Linguística Textual e da Análise do Discurso, apresentando, brevemente, seus percursos e inserções nos estudos em Linguística. Posteriormente, suscitar às questões a respeito das noções de texto e de discurso. Logo, discorrer sobre o entendimento que se tem de intertextualidade e de interdiscursividade, propondo, assim, uma discussão, lembrando que a questão não é qual teoria ou perspectiva seja subjacente à outra ou qual dá conta em maior ou menor escala para os estudos da linguagem, mas sim, que possa ser construído um espaço de reflexão sob as duas perspectivas, respeitando seus pontos de distanciamento e aproximação.

**Palavras-chave:** Linguística Textual. Análise do Discurso. Intertextualidade. Interdiscursividade

**Abstract:** The present work intends to discuss, firstly, the fields of Textual Linguistics and Discourse Analysis, briefly presenting their paths and insertions in the studies in Linguistics. Subsequently, raise the questions about notions of text and discourse. Therefore, to discuss the understanding of intertextuality and interdiscursivity, thus proposing a discussion, remembering that the question is not which theory or perspective is underlying the other or which accounts for a greater or lesser extent for the studies of language, but rather that a space of reflection can be constructed under both perspectives, respecting its points of distance and approximation.

**Keywords:** Textual Linguistics. Discourse Analysis. Intertextuality. Interdiscursivity.

### Introdução

O presente trabalho propõe um espaço destinado à discussão entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, de linha francesa. Áreas que ora se assemelham, ora se distanciam, mas aqui, o que interessa é o diálogo que pode se estabelecer entre ambas áreas, mais especificamente no tocante as noções de intertextualidade e interdiscursividade.

A Linguística Textual nos fornece arcabouço teórico-metodológico para que seja possível organizar a estrutura do texto, nossa forma de argumentar e o todo significativo, que chamamos de texto, por meio dos fatores de textualidade, como a coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Parte desses fatores, está relacionado a arquitetura do texto, sua organicidade linguística-estrutural, e de outro lado, tem a ver com o nível da produção, sua intensão e dinamicidade.

Já a Análise do Discurso, nos fornece arcabouço, também teórico-metodológico, bem como de análise, para que esse todo significativo, materializado por meio de textos, possa ser

---

<sup>1</sup> Pós-Graduado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (UNIANDRADE). Graduado em Letras Português/Inglês (UTFPR). É membro dos Grupos de Pesquisa em Estudos da Linguagem e Letramentos, Formação Docente e Tecnologia (CNPq/UTFPR). Endereço eletrônico: swedersouza@gmail.com

compreendido e ainda, de que essa “escolha”, essa organização textual, não é aleatória, uma vez que estamos inseridos em contextos predeterminados e restritivos, discursivamente.

Assim, há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. Uma análise discursiva pergunta para o texto como que ele faz sentido, e ao perguntar isso uma das coisas mais importantes para analisar, é porque foram escolhidas aquelas palavras e não outras, porque que o que dizemos está encadeado dessa forma e não de outra, o que faz esses direcionamentos de sentido que o texto nos coloca?

Dessa forma, a textualidade, competente à Linguística Textual, é função da relação do texto consigo mesmo, mas também coma exterioridade. Nesse ponto, a aproximação de dá para além da relação do leitor e do escritor. O nível da diferença se estabelece justamente ao passo que o nível do discurso produz um outro modo de ler o texto. A interpretação deriva de um discurso que a sustenta, ou seja, diz-se as coisas, por estar inscrito, anteriormente, a uma determinada ideologia.

A esse ponto, pretende-se discorrer sobre a ideia em que se inscreve a Linguística Textual e a Análise do Discurso. Posteriormente, entrar nas questões de texto e de discurso. Logo, discorrer sobre as noções de intertextualidade e de interdiscursividade, propondo, assim, uma discussão. Lembrando que a questão não é qual teoria ou perspectiva seja subjacente à outra ou qual dá conta em maior ou menor escala para os estudos da linguagem, mas sim, que possa ser construído um espaço de reflexão sob as duas perspectivas, respeitando seus pontos de aproximação e de distanciamento.

### **Linguística Textual e Análise do Discurso**

A Linguística Textual (doravante LT) começou a se estabelecer na década de 60, na Europa e nos Estados Unidos, com a preocupação inicial nos estudos dos processos de produção, recepção e interpretação dos textos. A LT, se assenta como uma disciplina que não propõe regras categóricas, mas visa estabelecer alguns princípios que proporcionam a discussão da construção de sentido do texto, para além dos aspectos linguísticos neles imbricados.

Os caminhos traçados pelos estudos da LT estão divididos em três fases, que diferem, principalmente, no tocante à concepção de texto adota em cada fase. Conhecida como Análise Transfrástica, a primeira fase procurava avançar o nível da frase, por meio da descrição dos fenômenos sintáticos e semânticos dos enunciados, ou das sequencias de enunciados (KOCH; TRAVAGLIA, 1990). Aqui, o texto era visto como uma estrutura acaba e pronta, enfatizando seu aspecto material e formal, ampliando as classificações existentes dos tipos de relações que podiam ser estabelecidas entre as orações, através de conectivos (BENTES, 2001).

Por meio da relação entre enunciados, ou de uma sequencia deles, sem a presença de

conectores, os estudos da LT começam a considerar o conhecimento intuitivo do sujeito. Nesse sentido, se estabelece espaço para uma outra linha de pensamento que não considerasse o texto apenas como uma soma ou lista dos significados das frases que o constituem (BENTES, 2001).

De acordo com tais avanços, começa a fase da Gramática do Texto, segunda fase da LT, que tinha como objetivo a descrição de uma gramática que fosse considerada como um sistema finito de regras, comum a todos os usuários da língua “que lhes permitiria dizer, de forma coincidente, se uma sequência linguística é ou não um texto, é ou não um texto bem formado (BENTES, 2001, p. 251)”.

Visto como uma unidade teórica formalmente construída, o texto passou a ser considerado uma sequência linguística que era coerente em si e todas as sequências que não estabelecessem coerência, eram vistas como não-texto. Nessa perspectiva, a competência textual do falante não conseguiu ser levantada, mas

[...] significou um deslocamento da questão: em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo do objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma teoria do texto, que (...) propõe-se a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso (BENTES, 2011, p. 251).

Assim, em sua terceira fase, na década de 80, quando ocorre a virada pragmática, os processos de origem cognitiva ganham espaço na LT, entendendo que em toda ação ocorre o acionamento de modelos mentais de operações. Assim, “o texto passa a ser considerado como resultado de processos mentais (KOCH, 2009, p. 21)”.

Nessa perspectiva, Heinemann & Viehweger (1991, *apud* KOCH, 2009, p. 22-24), postulam que para que ocorra o processamento textual, é necessário quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico (conhecimentos gramatical e lexical), responsável pela articulação som-sentido; o enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo, que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, podendo ser declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo) ou episódico (modelos cognitivos socioculturalmente determinados); o conhecimento sociointeracional, que diz respeito às ações verbais, sobre as formas de inter-ação através da linguagem; e o conhecimento referente a modelos textuais globais, que permite reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo (SOUZA; MULIK, 2016).

De acordo com cada um desses sistemas, quando ativados por ocasião do processamento textual, existe um conhecimento em relação a sua efetivação. O conhecimento Procedural então “funcionaria como uma espécie de ‘sistema de controle’ dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento da interação” (KOCH, 2009, p. 25, grifo da autora).

O conhecimento procedural acarreta também o saber sobre as práticas peculiares, em relação ao meio sociocultural em que se insere os interactantes e também os domínios

desenvolvidos nas estratégias de interação, como: a preservação das faces, representação positiva do self [ego/personalidade], polidez, negociação, atribuição de causas a mal-entendidos ou fracassos na comunicação, entre outras. Dessa forma, concretizam-se através de estratégias de processamento textual (KOCH, 2009, p. 25).

Essas estratégias de Processamento Textual implicam, segundo Koch (2009, p. 25-28), a mobilização online dos diversos sistemas de conhecimento e podem ser divididas em: cognitivas (execução de cálculo mental/inferências); Sociointeracionais (jogos de linguagem, formas de atenuação etc.); e Textualizadoras (escolhas textuais em vista da produção de determinados sentido).

Nessa percepção,

[...] o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas” (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981, apud KOCH, 2009, p. 22), cabendo à LT o desenvolvimento de modelos procedurais de descrição do texto “capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento [...] (KOCH, 2009, p. 22).

Desde o início dessa fase, uma nova concepção de texto foi formulada, postulando assim os Critérios de Textualidade, que foram apresentados por Beaugrande & Dressler (1981), e que recentemente vem sendo denominados Princípios de Construção Textual do Sentido (MARCUSCHI, 2008; KOCH, 2009).

De acordo com esse levantamento, toda essa nova perspectiva, quanto aos princípios de textualidade, se deve ao questionamento da divisão entre fenômenos mentais e sociais que consta nas abordagens cognitivas clássicas, uma vez que interessa ao cognitivismo “explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente (KOCH, 2009, p. 29)”, ou seja, “a cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais (KOCH, 2009, p. 29)”. Koch (2009) entende que a cultura, subsidiária e dependente do conjunto de mentes que a compõem, é um fenômeno passivo, sob o qual as mentes atuam (KOCH, 2009, p. 30).

No entanto, algumas áreas da ciência, tais como a Neurobiologia, a Antropologia, a Neurociência Cognitiva, e no nosso caso, a própria Linguística, após estudos mais profundos sobre a relação entre mente e corpo, “constatam que muitos dos nossos processos cognitivos têm por base mesma a percepção e capacidade de atuação física no mundo (KOCH, 2009, p. 30)”.

Tal constatação, nos deixa entender que, segundo Koch (2009), muito da cognição acontece fora das mentes e não somente dentro delas, ou seja, a cognição é um fenômeno situado, não sendo simples traçar o ponto exato em que a cognição está dentro ou fora das

mentes, pois o que existe aí é uma inter-relação complexa (SOUZA; MULIK, 2016)..

De acordo com as mudanças construídas no decorrer das fases da LT, pode-se dizer que, conforme suas perspectivas, principalmente em relação ao texto, foram tomando rumos mais amplos, proporciona uma aproximação com as teorias discursivas, mais especificamente com a vertente da Análise do Discurso de linha francesa. Nesse sentido, a próxima seção percorrerá a trajetória da Análise do Discurso e seus pressupostos por ela assumidos (SOUZA; MULIK, 2016)..

### **Análise do Discurso: caminhos teórico-metodológicos**

A Análise do Discurso, doravante AD, reflete as questões de sentido inseridas na relação entre sujeito, linguagem e história, com seu objeto calcado no (inter)discurso, noção que será debatida posteriormente, em contraponto com a noção de (inter)textualidade proposta pela LT.

A AD problematiza a maneira de ler, o modo como vemos as coisas, considerando assim, a opacidade como constitutiva da linguagem. Mediando a relação com texto, a AD fornece arcabouço para que se tenha novas formas de significação, diferentes das que se vê materializadas no texto, por exemplo. Na realidade, costuma-se dizer que a AD possibilita enxergarmos o que não está no texto, mas na realidade está ali, o que depende é o olhar.

O texto, pode estar de acordo com seus fatores de textualidade, mas o sentido o não é visto como único. Segundo Pêcheux:

[...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX, *apud* MAINGUENEAU, 1987, p. 11).

Dessa forma, a AD possibilita uma leitura crítica de discursos, sejam eles quais forem e onde estejam inseridos, uma vez que a AD se insere em um quadro linguístico e social, atravessando outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, a linguagem não está apenas relacionada com seus aspectos gramaticais, exigindo, assim, um saber linguístico que esteja ligado com aspectos ideológicos, sociais que emergem por meio de um saber sócio-idológico.

O estudo da língua, para a AD, está sempre ligado ao social e ao histórico. Uma das noções mais importantes para a AD é a de condição de produção, que pode ser entendida como um conjunto de elementos que cerca a produção de determinado discurso:

por exemplo, o contexto histórico e social, os interlocutores, os lugares dos quais onde se fala etc., levando, todos esses e outros aspectos, em conta quando se procura entender o sentido de determinado discurso.

Sendo assim, o discurso é um lugar onde a ideologia se manifesta, ou seja, se materializa por meio da língua. Nesse sentido, outro ponto fundamental da AD é a noção de formação ideológica, entendida como um conjunto de representações e de atitudes que os sujeitos têm sobre si próprios e sobre o seu interlocutor e, ainda, sobre o assunto do qual se está tratando.

Assim, essas representações e atitudes estão relacionadas com a posição social de onde se fala, ou escreve, que, por sua vez, exercem e estabelecem relações de poder quando postas em interação. De determinada formação ideológica, chega-se a noção de formação discursiva, que reúne um conjunto de marcações comuns, como o que pode e deve ser dito por determinado sujeito, de acordo com seu lugar, posição social, histórica e ideológica que ele ocupa.

Por exemplo, o sujeito que está inscrito em determinada ideologia, interage com diversas formações discursivas que permeiam sua vida. Assim, de acordo com os princípios do dialogismo, toda formação discursiva acarreta em outras formações discursivas que dialogam, contestam, replicam, e se manifestam por meio do discurso.

É nesse sentido que o discurso se configura como um jogo estratégico permeado de ações e reações, como um espaço de briga, em um jogo de dominação ou aliança, submissão ou resistência, ou seja, o discurso é um lugar de polemica (BRANDÃO, 2006).

### **Texto e Discurso: conceitos-chave**

O conceito de texto segundo Ricoeur (1986) refere-se a todo o discurso fixado pela escrita; para Harweg, que foi um dos pioneiros da Linguística Textual na Alemanha, o texto representa um "uma sucessão de unidades linguísticas constituída por uma cadeia de pronominalizações ininterruptas (*apud* KOCH, 1997, p. 70)"; Schmidt (1973) remete a perspectiva do texto sendo ele qualquer expressão de um conjunto linguístico em um ato mais global de comunicação; Halliday & Hasan (1976) defendem a ideia de texto como sendo uma unidade da língua em uso, deixando de lado o seu tamanho e considera-o como uma unidade semântica que se relaciona como uma unidade relativa ao seu ambiente.

Para Beaugrande & Dressler (1981), na obra intitulada *Einführung in die Textlinguistik*, o texto é uma ocorrência linguística que obedece a sete critérios de textualidade que são: a coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade; para Koch (1992) o texto é visto como um manifesto verbal constituído por elementos linguísticos selecionados pelos falantes “durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 1992; 1997, p. 73)”; e Orlandi define texto como “uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa” ainda que:

Passando, pois, para a minha filiação teórica específica, eu diria que as palavras não significam em si. É o texto que significa. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa. É assim que, na compreensão do que é texto, podemos entender a relação com o interdiscurso, a relação com os sentidos (os mesmos e os outros). Mas posso chegar mais perto daquilo que é minha proposta na análise da linguagem: o texto é um objeto histórico. Histórico aí não tem o sentido de ser o texto um documento, mas discurso. Assim, melhor seria dizer: o texto é um objeto lingüístico-histórico. É a partir dessa definição que tenho procurado entender o que é o texto para a análise de discurso francesa (ORLANDI, 1995, p. 111-12).

Discurso é definido por Van Dijk através do viés cognitivo, o qual permite compreender que “o discurso é, antes de mais nada, um dos principais meios, uma das principais condições das ‘mentes’ que os membros sociais têm em comum (VAN DIJK, 2008, p. 123)”; Para Fiorin (2007), o discurso é produto de uma enunciação, que é realizada por um dado sujeito, num dado tempo e num determinado lugar. Por isso, o discurso é integralmente lingüístico e integralmente histórico (FIORIN, 2007, p.2); Para Pêcheux o discurso é uma determinada forma de materialidade (histórico e linguística) diretamente imbricada com a materialidade ideológica; Orlandi (1994) o define em seu sentido mais amplo como “efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 1994)”; Bakhtin nos trás o conceito de discurso como uma prática da linguística que consiste em analisar a estrutura de um texto, e, a partir disto compreender as construções ideológicas presentes no mesmo., sendo o discurso em si é uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido e; de acordo com Marcuschi (2006, p. 24), discurso “é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos”, bem como o discurso está situado nas ações sociais e históricas e “diz respeito aos usos coletivos da língua que são sempre institucionalizados, isto é, legitimados por alguma instância da atividade humana socialmente organizada (MARCUSCHI, 2006, p. 24)”.

Como podemos ver, os estudos do texto e do discurso criaram diferentes objetos teóricos, porque cada um deles se dedica a um aspecto dessa realidade “multiforme e heteróclita” que é a linguagem (FIORIN, 2007). Assim, os conceitos em relação ao texto e ao discurso são diversos, muitos autores tendem a distinguir texto de discurso e se atem a esses conceitos de forma a transparecer que querem separá-los definitivamente, fazem essa distinção com base no suporte escrito ou oral que cada termo se fixa, pelo que no texto seriam privilegiados os aspectos do contexto, que seria a coesão e a coerência ao passo que para o discurso, pela sua interatividade social, é privilegiado o aspecto contextual (SOUZA; MULIK, 2016).

Para Koch (1997) a área da LT já atingiu certa maturidade em relação ao seu campo de atuação, e que a sua origem remonta a Cosériu, sendo “empregado pela primeira vez, com o sentido que possui hoje em dia, por Weinrich (1966, 1967)”, ainda que seja uma ciência em formação e que as questões terminológicas em relação às abordagens tenham mais convergências que divergências, e supõe que “em alguns anos os conceitos da LT se encontrem estabelecidos de forma mais ou menos consensual.” o que demonstra hoje, é que ainda é um campo em construção e que existem não divergências nem convergências, mas sim, pontos de vista distanciados em relação ao texto e ao discurso (SOUZA; MULIK, 2016).

Na metade do século XX, o discurso se torna um “chavão” (BAWARSHI; REIFF, 2013) na área da linguística, com a popularidade da nomenclatura, mesmo sendo de grande importância, tal problema não afeta o sistema da linguagem, mas em uma análise mais ampla a respeito do discurso, como vemos na citação de Bussmann (1990), a um trabalho na *Filozofická fakulta Masarykovy Univerzity*, proposto pela professora Anna Mikulová (1990):

Diskurs ist ein der angloamerikanischen Forschung übernommener Oberbegriff für verschiedene Aspekte von Text; Diskurs als zusammenhängende Rede, als geäußelter Text (z.B. im Unterschied zu Text als formaler grammatischer Struktur); Diskurs als kohärenter Text, Diskurs als vom Sprecher für einen Hörer konstituierter Text; Diskurs als Ergebnis eines interaktiven Prozesses im soziokulturellen Kontext (BUSSMANN, 1990, p. 189).

Se analisarmos brevemente a literatura Alemã, tendo em vista que foi a precursora nos estudos do gênero, e mesmo que fossemos mais afundo, encontraríamos através dos trabalhos atuais da área, certa imparcialidade em questões da nomenclatura, vemos que, ambos os termos andam juntos, não deixando de lado a distinção de gênero textual e discursivo, mas transparecem mais convergências com os termos do que em relação aos seus estudos (SOUZA; MULIK, 2016).

O excerto da pesquisa acima, nos trás o discurso em uma pesquisa anlo-americana, que adquiriu um termo genérico para vários aspectos do texto e do discurso, aparecendo por trás do



texto em relação à certa estrutura formal. Mas sabemos que hoje texto compõe muito mais que aspectos formais, como se verifica na retrospectiva apresentada por Vilela e Koch:

[...] desde seu aparecimento até hoje, a Linguística Textual percorreu um longo caminho, ampliando a cada passo seu espectro de preocupações. De uma simples análise transfrástica, logo acompanhada das tentativas de elaboração de gramáticas textuais, passou a ter como centro de preocupação não apenas o texto em si, mas também todo o contexto - no sentido mais amplo do termo (situacional, sociocognitivo e cultural) - e a interferência deste na constituição, no funcionamento e, de modo especial, no processamento estratégico interacional dos textos, vistos como a forma básica de interação por meio da linguagem (VILELA; KOCH, 2001, p. 451).

Na Alemanha os estudos que dão conta do texto e do discurso, atravessam as barreiras das distinções entre gênero textual e gênero discursivo, eles se atêm a englobar as duas áreas em um estudo que capacite e melhore a Análise Textual. A esse ponto entramos na questão de que parece que os estudos da Linguística Textual, não foram superados ainda, ou seja, parece haver resistência de que a LT já superou as barreiras desde sua ressignificação de ficar apenas no texto e no seu interior.

A partir dos estudos do texto e de sua concepção, é necessário salientar o conceito de texto, adotado pela perspectiva da LT, em relação a sua base, pois devido a problemas terminológicos e difusões em relação ao que é texto e discurso, faz com que as concepções da LT ora se afastem ora se aproximem. Na década de 60 a LT propõe uma concepção de texto, diferente do que se tem, ultrapassando limites, pois a compreensão que se tem até então não da conta e não explica certos fatores textuais (SOUZA; MULIK, 2016).

O ponto de partida dessa questão terminológica se dá nos termos utilizados ora por um autor, ora por outro em relação a texto e discurso, pois novamente com essa questão, ora os termos se aproximam, ora se afastam. Assim como Bonilla (1997) em seu estudo da obra de Beaugrande & Dressler (1997) afirma haver um desacordo em relação ao uso do termo texto, pois o que uns linguistas chamam de texto, outros chamam de discurso e vice-versa. A explicação mais coerente para todo esse desentendimento vem do princípio de que os autores alemães e holandeses, não possuíam uma terminologia que pudesse distinguir os dois conceitos, assim optaram pelo uso de texto, e assim, abrangeria as duas concepções (SOUZA; MULIK, 2016).

Como vemos, alguns autores entram na questão de texto e discurso e assim como na época do surgimento da dicotomia entre o textual e o discursivo, algum reconheciam a confusão terminológica, como Bronckart:

Para tentar escapar dessa confusão, tomamos as seguintes decisões teóricas e terminológicas: chamamos de texto toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). Na medida em que todo texto se inscreve, necessariamente em

um conjunto de textos ou em um gênero, adotamos a expressão gênero de texto em vez de gênero de discurso (1999, p. 75).

O mesmo para Koch:

[...] é lícito concluir, portanto, que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando um conjunto de enunciados produzidos pelo locutor, e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado linguisticamente, por meio de texto (em sentido escrito). Nesse sentido o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um conteúdo de relações responsáveis pela tessitura do texto (2005, p. 26).

É necessário o entendimento de texto como uma entidade mais geral, que se entende por qualquer produção de linguagem situada, seja oral ou escrito. Ainda, segundo Koch (2005), em *Desvendando Os Segredos Do Texto*, deixa claro que é necessário levar em consideração as concepções que se em de língua e de sujeito.

E, ainda, Marcuschi (2006) leva em conta as duas concepções, como complementares, definindo o discurso como “aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos”, bem como o discurso está situado nas ações sociais e históricas e “diz respeito aos usos coletivos da língua que são sempre institucionalizados, isto é, legitimados por alguma instância da atividade humana socialmente organizada (MARCUSCHI, 2006, p. 24)”.

### **Intertextualidade e Interdiscursividade: perspectivas**

As questões sobre a intertextualidade ganham espaço nos estudos de Bakhtin, mesmo não havendo uma especificidade sobre tal termo. No conjunto de sua obra aparece apenas uma única vez o termo intertextual. Essa é uma questão polêmica e bastante complexa, como aponta Possenti (2003): “sob diversos nomes – polifonia, dialogismo, heterogeneidade, intertextualidade – cada um implicando algum viés específico, como se sabe, o interdiscurso reina soberano há algum tempo (POSSENTI, 2003, p. 253)”.

Sobre o discurso literário, por exemplo, “não é um ponto (um sentido fixo), mas um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de várias escrituras (KRISTEVA, 1967, p. 439)”. Dessa forma, a construção do texto é “como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto (KRISTEVA, 1967, p. 440)”, repensando assim, uma noção generalizada de intertextualidade, vista como procedimento real de constituição do texto elaborando uma proposta teórica de uma ciência do texto.

Segundo Kristeva (1994): “dizer que o texto é prática significante quer dizer que “a significação se produz, não no nível de uma abstração (a língua), tal como postulara Saussure, mas como uma operação, um trabalho, em que se investem, ao mesmo tempo e num só movimento, o debate do sujeito e do Outro e o contexto social (KRISTEVA, 1994, p. 1.681)”. Assim, “todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis (KRISTEVA, 1994, p. 1.683)”.

Intertextualidade seria então qualquer referência ao Outro, tomado como posição discursiva: paródias, alusões, estilizações, citações, ressonâncias, repetições, reproduções de modelos, de situações narrativas, de personagens, variantes linguísticas, lugares comuns etc.

Segundo Fiorin (2006), este conceito foi sendo utilizado de maneira muito frouxa ao longo do tempo (FIORIN, 2006, p. 165). Já, para Kristeva (1967), “o discurso (o texto) é um cruzamento de discursos (de textos) em que se lê, pelo menos, um outro discurso (texto) (KRISTEVA, 1967, p. 84)”.

Dessa forma, tem-se a ideia da construção do texto através da intertextualidade. Mas o texto aqui não é mais entendido como único, inédito, inquestionável. No final do século XIX, a ideia de texto passou a se estabelecer “[...] na medida em que é prática significante, em que desconstrói e reconstrói a língua, em que é o lugar da constituição do sujeito, em que seu modo de funcionamento real é a relação constitutiva com outros textos, poderia facilmente recobrir aquilo que entendemos por discurso” (BARTHES; KRISTEVA *apud* FIORIN, 2006, p. 165).

Em relação ao interdiscurso, segundo Possenti (2003)

[...] o verbete “interdiscurso” é apresentado com um sentido restritivo (conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros) e com um sentido amplo (conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita). No mesmo verbete, um subitem refere-se ao “primado do interdiscurso”, uma tese da escola francesa, tanto em teoria quanto em análise (POSSENTI, 2003, p. 254, grifos do autor).

Assim, as diversas Formações Discursivas (FDs) produzem o assujeitamento dos sujeitos, pois cada Formação Discursiva (FD) é interpelada pelo interdiscurso, excluindo, assim, o contraste existente entre as FDs, sendo elas independentes uma das outras (POSSENTI, 2003).

Ainda, “chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975 *apud* POSSENTI, 2003, 256, grifos do autor). Nesse sentido, as FDs não são isoladas de contradições ou de relações de desigualdades, mas sim, são relacionadas a esse “todo complexo com o dominante” (POSSENTI, 2003, p. 256, grifos do autor)

Diante disso,

[...] é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no seio de uma FD dada não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso. Isso implica principalmente que a decalagem entre duas FDs, tal que a primeira serve de “matéria prima representacional” (FU-CHS; PÊCHEUX, 1975, p. 13 *apud* POSSENTI, 2003, p. 257).

Assim, partindo dos pressupostos da AD, a noção de interdiscurso se instaura à medida que uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros, “(...) mas como uma realidade heterogênea por si mesma” (MAINGUENEAU, 1987, p. 112). Nesse sentido, a noção de interdiscurso em relação ao discurso, permite a reflexão identitária discursiva, partindo das relações intradiscursivas, fundadas em um espaço de trocas e não em um espaço fechado.

Segundo Maingueneau (1987), ao tomar o discurso a partir de uma visão de sistemas restritivos, sustenta que o discurso é de ordem discursiva e propõe ao analista conceber o interdiscurso como seu objeto. Assim, o analista deve apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas, implicando assim, na identidade discursiva ligada na relação com o outro. Dessa maneira, não se distinguirão, pois, duas partes em um “espaço discursivo”, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro; mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 1987, 119-120, grifos do autor).

Dessa maneira, a AD sustenta relações com a exterioridade da linguagem, partindo da materialidade linguística e das condições de produção do discurso, caracterizando-se assim, multidisciplinar, por mobilizar saberes de outros campos, tais como a Filosofia da Linguagem, a Antropologia, a História, a Sociologia, a Psicanálise, as Ciências Cognitivas, proporcionando ao leitor diferentes olhares em relação às formas de construção dos sentidos, de nossa subjetividade/alteridade e de nossa historicidade (MUSSALIM; BENTES, 2001, p. 17).

## Considerações

Diante do exposto, o interdiscurso ou a interdiscursividade, não implica na intertextualidade, mas o processo contrário é possível (FIORIN, 2003), uma vez que quando se refere a um determinado texto, o sujeito se refere também ao discurso que aquele texto emerge. As questões de intertextualidade não são obrigatórias para a construção de um texto, ao passo que o interdiscurso é inerente para a produção de um determinado discurso, assim “nessa medida, podemos dizer, então, que o discurso é social, além de apresentar uma heterogeneidade constitutiva (MAINGUENEAU, 1987, p. 93, *apud* FIORIN, 2003, p. 33)”.

Nesse sentido, é importante distinguir as duas noções, mesmo que seja um processo complicado, uma vez que o texto não apresenta aspectos de materialidade linguística, mas sim, faz parte da discursividade,

na medida em que um discurso, em decorrência de sua semântica global, parece preferir certos gêneros a outros, como é o caso do jansenismo e do humanismo devoto, segundo a análise de Maingueneau (1984), ou introduzir citações segundo estratégias diversas, segundo se trata de uma ou de outra fonte (Brunelli (2001) mostra que o discurso da auto-ajuda cita fontes como a Bíblia só na forma de discurso direto, mas cita indiferentemente em discurso direto e indireto textos menos “altos”). Isso sem contar a problemática do ethos, que é, evidentemente, discursiva, mas que configura os textos de certa forma (POSSENTI, 2003, p. 259).

Pode-se, assim, considerar a intertextualidade com certa parcela de responsabilidade pela formação ou reprodução de sentidos nos processos de sua própria produção e recepção textual, uma vez que sempre se refere a um já-dito e fala sobre autonomia de determinado texto, segundo Possenti (2003), “uma vez que sua existência se concretiza a partir do momento que alguém o lê, o que depende do olhar de cada leitor que é livre para interpretar o texto, recriando leituras e produzindo novos significados. É o leitor em conjunto com suas formações sociais e ideológicas que realizará determinada interpretação” (POSSENTI, 2003, p. 260).

Sendo assim, seja na produção de discursos ou na produção de um texto enquanto materialidade linguística, há a referência de outras produções e dizeres, que se entrelaçam em um conjunto. As relações apresentam-se sempre em coparticipações no sentido de que para significar, não se depende apenas de palavras, de léxico e de significados atribuídos a determinadas palavras, mas de todo um campo que está a margem do texto ou do discurso, para que possa ser compreendido e, assim, construído um novo texto, para a intertextualidade em LT, como para, quem sabe, uma nova FD, em AD, que o sujeito se assemelha e conversa com ela, permeada de outras FDs, que estão no jogo do social e que acabam por significar.

## Referências

BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary J. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. Tradução de Benedito Gomes Bezerra [et al.]. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introducción a la Lingüística del Texto**. Versión española y estudio preliminar de Sebastián Bonilla. Barcelona: Ariel, 1997. p. 8-26.

BENTES, A. C. **Lingüística Textual**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BONILLA, Sebastián. **Qué es un texto, o cristalización versus urbanismo**. In: DERRIDA, J. **The low of Genre**. Modern Genre Theory. Orgs.: d. duff. London: longman, 2000, p. 219-31.

BRONCKART, J.P. **Atividades de Linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J. L. Polifonia Textual e Discursiva. In: BARROS, D. L.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**, São Paulo, EdUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

BRANDÃO, H. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

KOCH, I G V. **Textual Linguistics**: retrospective and prospects. Alfa (São Paulo), v.41, p.67-78, 1977.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela Linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os Segredos do Texto**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I.G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

KRISTEVA, J. “Le mot, le dialogue et le roman”. In: **Critique: Revue Générale des Publications Françaises et Étrangères**. Paris, Tome 23, n. 239, p. 438-65, avr. 1967.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MAINGUENEAU, D. **Genése du Discours**. Pierre Mardaga, Editeur, 1984.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989 [1987].

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual**: análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MIKULOVÁ, A. **Filozofická fakulta Masarykovy Univerzity**. Disponível em: <http://www.phil.muni.cz/stylistika/studie/diskurs.pdf>. Acessado em: 20/05/2017.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. Introdução. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.) **Introdução à Lingüística**: domínios e fronteiras. (Volumes 1). São Paulo: Cortez, p.14-19.

ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**: da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Texto e Discurso**. *Revista Oragon* v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365>. Acessado em: 20/05/17.

\_\_\_\_\_. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, H. S. (Orgs.) **Gêneros Textuais**: reflexões e ensino. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 23-36.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997 [1975].

POSSENTI, S. Observações sobre Interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

RICOEUR, P. **Lectures on Ideology and Utopia**. Columbia University Press, 1986.

SCHMIDT, S. J. *Texttheorie. Probleme einer Linguistik der Sprachlichen Kommunikation*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1973 (Trad. Castelhana: Teoría del Texto. Problemas de una lingüística de la comunicación verbal. Madrid: Catedra, 1978).

SOUZA, S; MULIK, K. Gêneros, entre o Texto e o Discurso: apontamentos. In: SOUZA, S; SOBRAL, A. (Orgs.) **Gênero(s), entre o Texto e o Discurso**: questões conceituais e metodológicas. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Porto: Almedina, 2001.

WEINRICH, H. **Linguistik der Luge**. Heidelberg Lambert Schneider, 1966.

\_\_\_\_\_. Syntax als Dialektik. **PoeUca**, v 1, p 109-26, 1967.